



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

314  
12

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 316.385-1**

Agravante: TRC Terminal Retroportuário de Containers & Logística Ltda.

Agravado: Consórcio Conduto Egesa - COEG

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**Ementa:** civil e processual civil – recurso de agravo – liminar de bloqueio de bens em posse de terceiro – concessão inaudita altera pars – medida excepcional – não comprovação dos requisitos – agravo a que se nega provimento.

- 1- Recurso de agravo contra decisão terminativa que negou seguimento a agravo de instrumento manejado contra decisão do juiz de primeiro grau que postergou a apreciação da liminar para momento posterior à citação do réu/agravado.
- 2- O pedido de liminar *inaudita altera pars* da autora/agravante muito se assemelha à medida cautelar de arresto, não merecendo acolhida no presente momento processual.
- 3- Apesar de haver indícios de comprometimento do grau de solvência da parte agravada, não logrou a agravante êxito em esclarecer satisfatoriamente a necessidade de concessão da medida cautelar sem a oportunização do contraditório.
- 4- Não consta dos autos qualquer indício de tentativa de fraude do agravado a eventual execução, não sendo a mera insolvência, apenas alegada pela agravante, escusa para a medida extrema de constrição de valores *inaudita altera pars*.
- 5- Recurso de agravo a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. **316.385-1**, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em negar provimento ao Agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife,

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator

311  
a**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 316.385-1****Agravante:** TRC Terminal Retroportuário de Containers & Logística Ltda.**Agravado:** Consórcio Conduto Egesa - COEG**Relator:** Des. Eduardo Sertório Canto**RELATÓRIO**

TRC Terminal Retroportuário de Containers & Logística Ltda. interpõe recurso de agravo (fls. 297/304) contra decisão terminativa proferida nos autos agravo de instrumento n. 316.385-1.

O aludido recurso instrumental foi interposto contra decisão do Juízo da 23ª Vara Cível da Comarca da Capital que, em ação de cobrança manejada pela TRC contra o Consórcio Conduto Egesa -COEG, postergou a apreciação da liminar para momento posterior à citação do réu, a fim de oportunizar o contraditório.

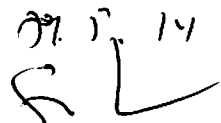
A decisão terminativa recorrida (fls. 291/292v.) negou seguimento ao agravo de instrumento, por manifesta improcedência, por entender não haver comprovação dos requisitos para a concessão da liminar de bloqueio de valores antes da citação da parte ré/agravada.

Nas razões deste recurso de agravo, a empresa TRC sustenta a inaplicabilidade do art. 557 pelo Relator, pelo fato de não ser manifesta a improcedência do pedido recursal. Aduz, ainda, ter havido decisões, em demandas semelhantes, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, favoráveis ao pedido de antecipação de tutela pleiteado. Defende constituir a manutenção da decisão terminativa perigo de dano irreparável, ante a insolvência da agravada.

**Requer, ao final, seja o presente recurso conduzido à Câmara, a fim de dar-lhe seguimento e, também, provimento ao agravo de instrumento interposto, para que se conceda liminar determinando a retenção, pela Petrobras, dos valores devidos ao réu/agravado, em montante suficiente para assegurar o pagamento da dívida deste com a agravante.**

É o relatório. Feito independente de pauta.

Recife,

31.12.14  


**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO CANTO  
3ª CÂMARA CÍVEL

312  
d

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento n. 316.385-1**

Agravante: TRC Terminal Retroportuário de Containers & Logística Ltda.

Agravado: Consórcio Conduto Egesa - COEG

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Por não exercer o juízo de retratação, apresento os presentes autos para julgamento.

De início, vislumbro serem as razões do presente recurso semelhantes às aquelas lançadas no bojo do recurso de agravo de instrumento. Logo, não merecem prosperar.

Desse modo, a questão da possibilidade de concessão da liminar requerida pelo agravante na ação originária, de bloqueio de valores em mãos de terceiro, já foi suficientemente explorada na decisão terminativa ora atacada. Eis o teor do aludido *decisum*:

A despeito de denominar de antecipação de tutela o pedido liminar, **o pedido da autora/agravante muito se assemelha à medida cautelar de arresto.**

Ao pugnar pela tutela de urgência, asseverou a necessidade de provimento liminar inaudita altera pars, apontando para a possibilidade de ineficácia do provimento jurisdicional acaso se aguardasse para a plena formação do contraditório.

Dessarte, o magistrado, ao despachar a inicial condicionando a apreciação do pleito liminar à formação do contraditório, implicitamente denegou o pedido da tutela de urgência. Por tais razões, exerço juízo de admissibilidade positivo quanto ao presente recurso.

**O arresto é procedimento cautelar assim disciplinado no CPC:**

**Art. 813. O arresto tem lugar:**

**I - quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar a obrigação no prazo estipulado;**

**II - quando o devedor, que tem domicílio:**

**a) se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente;**

**b) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens que possui; contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias; põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros; ou comete outro qualquer artifício fraudulento, a fim de frustrar a execução ou lesar credores;**

**III - quando o devedor, que possui bens de raiz, intenta aliená-los, hipotecá-los ou dá-los em anticrese, sem ficar com algum ou alguns, livres e desembargados, equivalentes às dívidas;**

**IV - nos demais casos expressos em lei.**

**Art. 814. Para a concessão do arresto é essencial:**

**I - prova literal da dívida líquida e certa;**

**II - prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no artigo antecedente.**

**Parágrafo único. Equipara-se à prova literal da dívida líquida e certa, para efeito de concessão de arresto, a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de dinheiro ou de prestação que em dinheiro possa converter-se.**

**[...]**

**Art. 821. Aplicam-se ao arresto as disposições referentes à penhora, não alteradas na presente Seção.**

**Após a análise dos autos, observo não merecer acolhida o pleito liminar.**

A autora/agravante firmou com a ré/agravada três contratos de locação de equipamentos c/com prestação de serviços (fls. 46/64, 129/145 e 219/236), sendo-lhe devidos R\$ 79.720,08, referentes ao período compreendido entre 26.09.2012 e 25.10.2012, com vencimento em 30.11.2013, conforme fatura às fls. 43/44. Tal valor, acrescido de juros e correção monetária, alcançaria o patamar de R\$ 90.477,27 (fl. 17).

**Alega a recorrente que a ré/agravada permaneceu inadimplente por mais de um ano, razão pela qual ingressou com a presente ação de cobrança.**

Aduz, ainda, já ter sido ajuizada ação idêntica a esta (ação n. 0191821-28.2012.8.17.0001, distribuída ao Juízo da 32ª Vara Cível da Capital), diferindo apenas quanto ao objeto, consistente em obrigações vencidas mais antigas.

Naquela ação, o juiz teria, inicialmente, indeferido a liminar, decisão interlocutória reformada quando do julgamento do Agravo de Instrumento n. 297771-3, de relatoria do Des. Roberto da Silva Maia (fls. 247/248), mas, ao final, julgou procedente o pedido da TRC, considerando como reconhecimento do pedido exordial a declaração do réu, em sede de contestação, de que passa por dificuldades financeiras a dificultar o pagamento das prestações contratuais (fl. 244/245).

Traz a agravante à colação, também, demonstrativo da existência de diversas ações de execução e monitórias em desfavor do réu (fls. 250/261), a comprovar o efetivo comprometimento do seu grau de solvência.

**Após acurada análise dos autos, entendo não deva prosperar a irresignação do agravante.**

**Isto porque, apesar de haver indícios de comprometimento do grau de solvência da parte agravada, não logrou a agravante êxito em esclarecer satisfatoriamente a necessidade de concessão da medida cautelar sem a oportunização do contraditório.**

**Não consta dos autos qualquer indício de tentativa de fraude do agravado a eventual execução, não sendo a mera insolvência, apenas alegada pela agravante, escusa para a medida extrema de constrição de valores inaudita altera pars.**

**Ademais, não esclarece a parte autora/agravante a razão de ter pugnado pela gravosa medida de constrição de valores em mãos de terceiros, o que vai de encontro ao princípio da menor onerosidade ao devedor, possibilitando, até mesmo, o cerceamento da atividade empresarial do agravado.**

Ocorre até mesmo uma contradição lógica no pedido de tutela de urgência. Ora, se o réu/agravado não teria recursos próprios para satisfazer a dívida, a sua ouvida, antes da apreciação da liminar, não acarretaria o perigo de dilapidação de seu patrimônio, até porque a medida acautelatória pugnada viria impor uma obrigação a terceiro.

**Ante o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, NEGOU SEGUIMENTO ao presente agravo de instrumento, por manifesta improcedência"** (original sem destaques)

Assim, é de se constatar ter a decisão terminativa recorrida abordado amplamente as questões formuladas no presente recurso de agravo, entendendo não haver elementos suficientes para a concessão da liminar *inaudita altera pars*.

Desse modo, não havendo razão a ensejar a modificação do julgado, deve ser mantida a decisão.

Ademais, o recorrente não trouxe questões novas hábeis a ensejar a modificação do julgado.

Em face do exposto, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** do presente recurso de agravo, mantendo a decisão monocrática recorrida.

É o voto.

Recife, 21.11.17

**EDUARDO SERTÓRIO CANTO**  
Desembargador Relator